



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura do Seminário “Brasil: Parceiro Global em uma Nova Economia; Estratégias Sólidas para Momentos Desafiadores”

Nova Iorque-EUA, 16 de março de 2009

Quero cumprimentar os meus ministros, embaixador Celso Amorim, senhora Dilma Rousseff, senhor Guido Mantega, Henrique Meirelles,

Quero cumprimentar o Robert Thompson, editor-chefe do Wall Street Journal,

Quero cumprimentar o Antônio Aguiar Patriota, embaixador brasileiro,

Quero cumprimentar o Luciano Coutinho, presidente do BNDES,

O nosso Antônio Lima Neto, presidente do Banco do Brasil,

O José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras,

Quero cumprimentar nosso querido Alessandro Teixeira, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos,

Quero cumprimentar os diretores do “Valor”, os empresários brasileiros, americanos,

Quero dizer para vocês da grata alegria de estar mais uma vez aqui em Nova Iorque, conversando com amigos do Brasil e brasileiros amigos dos Estados Unidos.

Esta vai ser a parte chata de toda a Conferência, porque quando o Celso Amorim falou de fome, vocês não estavam vendo pratos, talheres e, portanto, a fome vai aumentar à medida em que eu for falando. Por favor, não atirem nenhuma faca e, muito menos, um sapato.

Minhas amigas e meus amigos,

O mundo vive hoje a mais grave crise desde 1929, uma crise muito diferente das ocorridas nas últimas décadas. Uma crise que não surgiu em um país emergente ou na periferia do sistema. Uma crise que, nasceu e explodiu



no coração do mundo desenvolvido. Provocada, em grande medida, pela falta de controle do sistema financeiro nos países mais ricos.

Os bancos, em vez de cumprirem seu papel de financiador do setor produtivo, descolaram-se da realidade e dedicaram-se à especulação. Transformaram-se num grande cassino. Muitas instituições financeiras quebraram, um grande número de empresas entrou em dificuldade e milhões de trabalhadores perderam suas casas, seus empregos, sua proteção social. Em pouco tempo, a ganância de alguns deu lugar ao pânico de muitos. Uma gravíssima crise de confiança abateu-se sobre a economia dos países mais ricos.

No Brasil não tivemos este tipo de crise. Nossos bancos – privados ou públicos – não foram contaminados pelas aventuras dos especuladores internacionais. Um sólido sistema de bancos públicos, hoje responsável por mais de 40% do crédito no Brasil, atenuou os efeitos da crise internacional.

Quando a crise veio à tona, com a quebra do Lehman Brothers, nossa economia estava arrumada. Crescíamos a taxas robustas, as maiores dos últimos 30 anos.

Nos últimos seis anos, o Brasil criou mais de 11 milhões de novos empregos formais e promoveu uma sensível expansão da renda dos trabalhadores. O mercado de bens de consumo ampliou-se consideravelmente, resultado de nossas políticas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família. Os aumentos reais de salários, a reforma agrária com fortalecimento da agricultura familiar e a expansão sem precedentes do crédito popular consolidaram o mercado interno. Mais de 20 milhões de pessoas, antes situadas abaixo da linha da pobreza, ingressaram na classe média.

Contrariando preconceitos e prognósticos, mostramos que era possível expandir o mercado interno e, ao mesmo tempo, aumentar nossas exportações. Nossas exportações cresceram quase quatro vezes nos últimos seis anos. Diversificaram-se geograficamente. Não ficamos atrelados a



nenhum mercado em particular. Aumentamos nossas vendas de produtos com maior valor agregado. A inflação foi domada. A vulnerabilidade externa reduzida. O Brasil passou à condição de credor líquido internacional. E acumulamos mais de US\$ 200 bilhões de reservas. Graças a um forte ajuste fiscal, a dívida pública interna que, em 2003, equivalia a 56% do Produto Interno Bruto, hoje representa apenas 35% do PIB, uma das menores taxas do mundo.

No início do meu segundo mandato, lançamos o Plano de Aceleração do Crescimento, com o objetivo de expandir a infraestrutura energética, de transportes, urbana e social. Inicialmente, esse Plano previa um investimento da ordem de US\$ 250 bilhões, em valores da época. Agora, com a crise, acrescentamos US\$ 30 bilhões em investimentos adicionais para atender a expansão da Petrobras na exploração das grandes reservas do pré-sal, no litoral brasileiro.

Graças a todas essas mudanças, o Brasil começou a respirar um novo clima. A roda da economia passou a girar mais forte. Abriu-se um círculo virtuoso no nosso país. Mais consumo, mais produção, novos investimentos, mais Brasil para mais brasileiros.

Em 2008, os investimentos diretos estrangeiros atingiram US\$ 45 bilhões, 2,8%, ou seja, do PIB. Nos dois primeiros meses deste ano, na contramão da tendência mundial, observa-se um ingresso significativo de capitais no nosso país.

Meus amigos e minhas amigas,

A crise internacional nos está obrigando a enfrentar turbulências que não criamos. Mas, como havíamos organizado e dinamizado nossa economia antes, estamos em condições de sair dela mais cedo do que se esperava.

Nas crises do México, da Rússia e dos países asiáticos, menos graves que a atual, o Brasil quebrou em poucos dias. Foi obrigado a pedir socorro ao FMI. Desta vez, o Brasil não quebrou, nem vai quebrar. Estamos enfrentando



as dificuldades com todos os instrumentos à nossa disposição.

Enquanto a maioria dos países ricos mergulha na recessão, o Brasil vai continuar crescendo. Cresceremos em 2009 menos do que gostaríamos, menos do que poderíamos, se não fosse essa crise externa. Mas estejam certos de que vamos crescer.

Meus amigos e minhas amigas,

A sociedade brasileira realizou um enorme esforço nos últimos anos. As decisões de política econômica de meu governo apenas interpretaram um sentimento forte que dominava a esmagadora maioria dos brasileiros. Era preciso pôr fim a trinta anos de estancamento ou crescimento econômico medíocre. Era necessário enfrentar, simultaneamente, o secular problema da pobreza, da desigualdade e da exclusão de dezenas de milhões de brasileiros.

A história do meu país mostra que o crescimento econômico, por si só, não resolve o problema da miséria. Ao me eleger presidente da República, o Brasil deixou claro que havia decidido trilhar um novo caminho. Um caminho em que a distribuição de renda é fator decisivo de um novo tipo de desenvolvimento, mais inclusivo, mais humano, mais sustentado e duradouro.

Durante décadas, ou talvez séculos, nossos dirigentes governaram com os olhos voltados para um terço ou um quarto da população brasileira. Passavam a idéia de que dezenas de milhões de homens e mulheres, velhos e crianças, nunca teriam espaço na nação brasileira. Era como se eles fossem um peso ou um estorvo para o crescimento do país, e não um imenso patrimônio, um ativo de valor incomensurável.

O Brasil superou essa concepção egoísta, mesquinha e absurda. Hoje está claro para todos que era possível construir um Brasil para todos os brasileiros. Mais ainda, que o Brasil é mais forte e tem mais futuro quando trabalha para incluir todos os brasileiros.

Essas opções cruciais foram feitas em um clima de aprofundamento da democracia, de amplo e fecundo debate público. Em nosso país, mais de 130



milhões de brasileiros vão às urnas a cada dois anos, para eleger seus representantes e governantes. Nossas instituições, a começar pelo Congresso Nacional e pelo Poder Judiciário, são vigorosas e independentes. A liberdade de imprensa é respeitada como um valor fundamental. E os sindicatos, os partidos, as associações profissionais funcionam, graças a Deus, livremente.

Somos uma democracia de dimensões continentais. Com uma população de múltiplas origens, com uma cultura rica e diversificada, mas com forte identidade nacional. Não apenas somos misturados, como gostamos de ser misturados. Vivemos em paz conosco e com nossos vizinhos. E não abrimos mão disso.

O Brasil dispõe de imensos recursos: terra, água, sol, energia e população. Graças aos avanços de nossas pesquisas em agricultura tropical, somos um grande celeiro do mundo.

Mas somos também um país com indústrias de ponta, na biotecnologia e no setor aeroespacial, entre outros. Temos importantes universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica, cada vez mais integrados à atividade produtiva. Avançamos no desenvolvimento de energias renováveis, na extração de petróleo e gás em águas profundas.

Aqui, meus amigos e minhas amigas, um parêntese para falar um pouco das energias renováveis. Há 30 anos, o Brasil domina a tecnologia do biocombustível. Há 30 anos, estamos tentando convencer o mundo de que para enfrentar o aquecimento global é preciso que tenhamos a coragem de definirmos, definitivamente, uma outra matriz energética para o mundo.

No Brasil, já temos utilizado 25% de etanol na gasolina há muitas décadas e isso tem funcionado de forma extraordinária. No Brasil, estamos produzindo... 90% dos carros novos são flex-fuel, são carros que podem utilizar gasolina, álcool, em qualquer percentual que nós quisermos colocar.

Uma coisa que me deixa, eu diria, perplexo, é que o mesmo mundo desenvolvido que briga para que a gente faça políticas ambientalistas capazes



de evitar o desaquecimento [aquecimento] global, muitos ainda não assinaram o Protocolo de Quioto, muitos ainda não cobram nenhuma tarifa dos combustíveis poluentes, e muitos ainda impõem taxas absurdas ao etanol.

Eu não consigo entender. Eu posso até avaliar do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista da construção de uma nova matriz energética... O Brasil tem desafiado, tanto aqui, nos Estados Unidos, quanto na União Européia, os empresários, os governos a construírem parceria para que a gente possa apresentar ao mundo, definitivamente, uma verdadeira mudança na matriz energética.

Eu poderia não estar falando isso agora porque, afinal de contas, acabamos de descobrir petróleo na camada pré-sal brasileira. E no dia 1º de maio, se a Petrobras não falhar comigo – o José Sérgio está aqui – nós vamos tirar o primeiro barril de petróleo a mais de 6 mil metros de profundidade.

Então, por que eu estou falando em biocombustível? Eu estou falando em biocombustível porque é uma oportunidade não apenas de limpar a matriz energética, mas é uma oportunidade extraordinária de nós darmos resposta ao desenvolvimento dos países mais pobres, sobretudo ao continente africano.

Muita gente, na discussão sobre a matriz energética, já culpou o etanol brasileiro pelo encarecimento do alimento em junho do ano passado. E nós dizíamos claramente que não só não era verdade, como era, possivelmente, uma campanha engendrada pelas empresas que vendem petróleo contra a perspectiva de a gente produzir petróleo com um trabalhador rural analfabeto, na África. Porque para extrair petróleo, todo mundo sabe o que custa uma plataforma, o que custa um engenheiro, o que custa uma sonda, o que custa uma pesquisa. Para produzir um litro de biodiesel, a gente pode cavar alguns buracos, plantar muda de cana e, daqui a algum tempo, nós estaremos produzindo combustível limpo, que gera empregos e que vai contribuir para o desaquecimento global.

Eu, às vezes, fico frustrado. Tentei falar tantas vezes com o presidente



Bush, certamente vou falar muitas vezes com o presidente Obama, mas é preciso a ajuda de vocês, porque eu sei que não é fácil um país mudar a sua matriz energética. E tampouco queremos brigar com os produtores de milho dos Estados Unidos. Não queremos.

O que nós queremos é criar mais frango para comprar o milho dos produtores de milho dos Estados Unidos, para que a gente possa, em contrapartida, vender o etanol produzido de cana-de-açúcar, seja nos países da América Central, seja nos países da África ou seja em parcerias de empresários americanos com empresários brasileiros.

Eu tenho dito aos empresários europeus que eu não quero mexer na coisa toda arrumada, na Europa. Não quero mexer na agricultura alemã, não quero mexer na agricultura sueca, não quero mexer na agricultura da Suíça, está tudo arrumadinho, tudo pronto. O que eu quero é que eles façam parceria para produzir o biocombustível de que eles precisam, não de beterraba, mas de alguma coisa que possa gerar emprego e desenvolvimento no continente africano, que daqui a 20 anos estará com 700 milhões de habitantes, gente que precisa comer, precisa estudar e precisa trabalhar. E isso é responsabilidade nossa: transferir para eles e compartilhar com eles aquilo que nós aprendemos a fazer.

Parece absurdo o que eu estou falando, mas vocês estão acompanhando a violência contra os imigrantes na Europa. Vocês sabem que em tempo de crise as principais vítimas são aqueles imigrantes que tanto ajudaram a construir outro país.

Os Estados Unidos não têm como brigar com os hispânicos. Afinal de contas, são 40 milhões que aqui ajudaram a construir esta nação, que aqui ajudaram a construir esta imensa nação, a maior do mundo, a mais rica do mundo.

Só tem um jeito de nós evitarmos que haja qualquer problema: é trabalharmos juntos para que os pobres sejam menos pobres e que os ricos,



sem ficar mais pobres, fiquem um pouco menos ricos, para que a distribuição da riqueza no mundo seja mais justa e garanta a nossa paz.

Eu, se fosse o Presidente da Petrobras, ou se fosse o diretor das empresas de produção de etanol no Brasil, colocaria nos aeroportos brasileiros carros flex-fuel. Quando qualquer empresário americano ou europeu chegar ao Brasil, ele vai ter que andar em um carro flex-fuel, para ele perceber que o cheiro do combustível é mais gostoso e faz menos mal à saúde do que o combustível que nós estamos habituados a usar.

Minhas amigas e meus amigos,

Desde o primeiro instante, nosso governo procurou mobilizar o país para enfrentar os efeitos da crise. Seria longo demais citar todas as medidas que tomamos e que continuaremos a tomar.

Possibilitamos a utilização de parte das reservas para financiar as exportações. Reduzimos o compulsório dos bancos para aumentar a capacidade de crédito. Com o mesmo objetivo, promovemos a compra de alguns bancos privados, ou de governos locais, por bancos do governo federal. Criamos estímulos fiscais à indústria automobilística, que permitiram revitalizar esse setor. E vamos financiar a construção de 1 milhão de casas nos próximos dois anos.

Não vacilaremos em lançar mão de todos os instrumentos ao alcance do Estado para minorar os efeitos da crise. Deste mesmo Estado que alguns queriam “mínimo” e inoperante, e em cuja porta tantos batem hoje pedindo ajuda. O demônio de ontem transformou-se no salvador de hoje.

O Estado brasileiro – um Estado democrático de Direito – não fugirá de suas responsabilidades. Não deixará de exercer seu papel regulador. E, sempre que necessário, intervirá para que a anarquia dos mercados não resulte em caos econômico e social. Não vamos nos apequenar diante da crise. Não cortei nem cortarei um centavo do gasto social, nem das obras de infraestrutura. Vamos continuar estimulando de forma responsável o consumo



dos brasileiros. Garantiremos, assim, a rápida recuperação da produção e, com ela, a preservação e ampliação do emprego no nosso país.

Mas sei que nosso esforço isolado não bastará. A crise é global e sistêmica. Sua resolução final exige, portanto, soluções globais e sistêmicas também. Ainda que nossas exportações representem apenas 14% de nosso Produto Interno Bruto, necessitamos estimular nossas vendas ao exterior como resposta à crise.

Por isso, tenho me empenhado na conclusão da Rodada de Doha da OMC. O protecionismo é uma droga que pode propiciar um alívio momentâneo, mas que, a longo prazo, conduz a crises maiores. É o que nos ensina a história do século XX.

É fundamental que os organismos multilaterais contribuam para o restabelecimento do crédito necessário para alimentar o comércio mundial, especialmente dos países em desenvolvimento.

Sei que é importante salvar bancos, seguradoras e financeiras, na medida em que delas dependem poupanças, moradias e a previdência social de dezenas de milhões de homens e mulheres. Mas também é importante, seguramente mais importante, salvar empregos. Sei, por experiência própria, o que é estar desempregado. O desempregado perde mais do que o seu ganha-pão. Ele se vê privado de horizonte, de dignidade e de esperança, sobretudo quando a crise assume dimensões tão amplas como a atual.

É claro que cada país terá que enfrentar a crise à sua maneira, levando em conta suas especificidades. Mas não é menos claro que há um quadro internacional que exige respostas coordenadas. Por essa razão, além das medidas nacionais, devemos buscar soluções globais para enfrentar a crise.

A conjuntura em que vivemos mostra o colapso dos mecanismos de governança mundial, aí incluindo os organismos multilaterais econômicos e financeiros, o FMI e o Banco Mundial em especial.

Não por acaso foi necessário dar relevo e substância política ao G-20. É



importante que este G-20 renovado seja duradouro, até porque ele é integrado por países em desenvolvimento, que não são responsáveis pela crise, mas que certamente contribuirão para que seja superada.

O Brasil levará propostas concretas à Cúpula de Londres. Muitas delas dizem respeito à democratização do FMI. Outras estarão relacionadas ao aumento de sua capacidade para ajudar no restabelecimento dos fluxos interbancários e do crédito ao comércio. É importante que o Fundo exerça sobre as economias desenvolvidas a mesma vigilância que exerceu sobre os países pobres e em desenvolvimento. Poderá até dispensar a arrogância que muitas vezes demonstrou no passado.

Nossas propostas – que estamos discutindo com outros países amigos, e que debati com o presidente Obama anteontem – também incluirão o fim dos paraísos fiscais. Eles representam o aliado fundamental do crime organizado internacional, do narcotráfico, da corrupção e do terrorismo. Não é possível combater eficazmente essas manifestações perversas sem atacar a retaguarda financeira que nunca lhes faltou.

Minhas amigas e meus amigos,

Meu otimismo não é irresponsável. Conheço os brasileiros. Vamos sair desta crise mais cedo do que muitos. Queremos sair dela juntos com nossos irmãos sul-americanos e de toda a América Latina. Mas, ainda que possamos, em um prazo médio, eliminar os efeitos mais perversos da crise, haverá consequências que perdurarão por muito tempo.

A crise atual não é só econômica e financeira. Ela é uma crise de civilização. Denuncia modelos absurdos de produção e consumo que destroem a natureza, comprometendo já não o futuro da humanidade, mas seu presente. Põe em evidência a irracionalidade de concepções econômicas, que se pretendiam definitivas e que favoreceram aventuras especulativas. Tem, assim, uma dimensão ética e moral.

A crise ameaça o próprio cerne da democracia, pois demonstra que os



destinos da humanidade escaparam ao controle do ser humano. A saída definitiva da crise exige a construção de novos paradigmas: para a organização da produção, do trabalho; para a preservação do ambiente; para o estabelecimento de uma cultura de paz que inspire uma nova e democrática governança mundial; para o restabelecimento da política como atividade superior, pela qual homens e mulheres constroem e redefinem livremente novos contratos sociais.

Como disse, aqui mesmo em Nova Iorque, durante a última Assembleia Geral da ONU: é chegada a hora da política.

A mensagem que quero levar à reunião do G-20, em Londres, é esta. Temos complexos problemas econômicos a enfrentar. Há technicalidades que não podemos desconsiderar, mas não teremos efetivas soluções se não houver respostas políticas e vontade política.

Não é apenas a economia que está ameaçada em muitos países. A ameaça maior é a da desagregação social e do caos político que daí possam vir. Portanto, as decisões econômicas que viermos a tomar têm de ser comandadas por definições políticas muito precisas e corajosas. Isto é o que se espera dos líderes. Para isso fomos eleitos. Temos de honrar os mandatos que recebemos.

O exercício da vontade política em momentos graves da história não se confunde com o voluntarismo infantil que desconhece a realidade. Quando a irracionalidade econômica prevalece, o Estado Democrático de Direito assume, com mais força, aquela função que nunca deveria ter perdido: a função de indutor e regulador da atividade econômica, de promotor da igualdade social, de garantia da liberdade e de agente da solidariedade.

Nós, que estamos transitoriamente à frente destes Estados, temos responsabilidades que vão além da atual conjuntura. De nossa ação, ou de nossa omissão, dependerá o futuro da humanidade.

Meus amigos e minhas amigas,



Eu estive, no último sábado, com o presidente Obama. Vocês ouviram os meus amigos falarem da nossa relação aqui na América Latina. Esta crise, ela é uma oportunidade para pessoas como o presidente Obama, para pessoas como eu, que já estou com seis anos de mandato, que poderia estar cansado. Esta crise veio me provocar, esta crise veio me desafiar. E ela vai me dar mais motivação para fazer mais do que fizemos até agora.

Ontem, em El Salvador, acabou de ser eleito um novo presidente, um grande companheiro que conheço há muitos anos. A América Latina e a América do Sul estão passando por renovações políticas como jamais vistas na história deste continente. Acabou o tempo da Guerra Fria, acabou o tempo da luta armada. É tempo de democracia. E a democracia exercida na sua plenitude, ela, muitas vezes, parece confusa, muitas vezes tem muitas distorções e, muitas vezes, ela leva a divergências.

Os Estados Unidos da América do Norte têm a obrigação e uma chance extraordinária de restabelecer uma nova relação com a América Latina. Não a Aliança pelo Progresso, da década de 60, nem muito a política de ingerência, também na década de 60, mas estabelecer uma relação de parceria, de ajudar os países mais pobres a se desenvolverem, de se apresentarem como amigos e construir aquilo que falta ser construído.

Eu conheço hoje a América Latina como a palma da mão. Tenho o prazer de ser amigo de quase todos os presidentes da República, de Michelle Bachelet até o companheiro Calderón, no México. Com nuances diferentes, todos eles têm interesse em trabalhar em parceria com os Estados Unidos, todos eles têm expectativa de que os Estados Unidos estabeleçam uma nova relação, uma relação construtiva, não uma relação de interferência política, de divergência política sistemática.

Eu converso muito com o Evo Morales, converso com o Chávez, converso com o Rafael Correa, converso com o Uribe, converso com Cristina, converso com Michelle Bachelet. Todos, sem distinção, têm intenção de



restabelecer uma nova política com os Estados Unidos.

Oxalá Deus ilumine o presidente Obama, já que vamos nos encontrar daqui a pouco, lá em Trinidad e Tobago, na primeira reunião de que o presidente Obama vai participar com todos os presidentes da América Latina. E ali, quem sabe, seja o cenário ideal para que a gente restabeleça uma política de convivência democrática, uma política de convivência pacífica, uma política de convivência produtiva, desenvolvimentista, em que todos saibam que falamos diferente, que temos muitas vezes propostas específicas no nosso país, mas que somente com essa unidade é que nós estaremos capazes de construir a paz.

E uma última palavra – que me perdoem os companheiros que estão com fome. Cuba: eu nem sei o que os cubanos querem, porque os cubanos não me pediram para falar isso. Mas não existe mais, do ponto de vista político, do ponto de vista sociológico, do ponto de vista da racionalidade humana, nada mais que impeça o restabelecimento das relações entre Estados Unidos e Cuba. Não é possível que a gente continue fazendo, no século XXI, políticas com o olhar do que aconteceu no século XX. Vamos fazer política pensando no século XXII, e deixar o que aconteceu no século XX ou no século XIX como experiência histórica para que a gente aperfeiçoe os acertos e não cometa os mesmos erros.

Por isso, ao me retirar hoje dos Estados Unidos, eu me retiro com a convicção de que a eleição do presidente Obama possivelmente seja uma oportunidade de os Estados Unidos fazerem coisas diferentes das que fez no século passado. Mais e melhor, porque a melhor forma de combater o terrorismo, a melhor forma de manter paz é nós sermos mais amigos e menos inimigos.

Bom almoço e muito obrigado.

(\$211B)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**
